

O QUE É UMA CIDADE BRASILEIRA? DEBATES ENTRE OS INTÉRPRETES DO BRASIL

Marcelo Gaudio Augusto*

Resumo: O tema central que pretendo abordar neste texto é a polêmica existente entre as concepções de campo e cidade, para isso escolhi três autores que se tornaram pilares na interpretação da história do Brasil: Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. Todos os três são autores contemporâneos que apresentam muitas idéias que se aproximam, assim como verdadeiros abismos de distâncias entre suas interpretação. São críticos do Brasil com projetos políticos diferentes. A partir disso, pretendo explorar e confrontar suas interpretações quanto às origens e transformações da cidade e do campo no Brasil. Dentre os vários livros que cada autor possui, decidi por me concentrar mais na análise de apenas um livro de cada um deles, isso não quer dizer que eu não tenha usado outros no processo.

Palavras-chave: História, mundo rural, urbanização.

WHAT IS A BRAZILIAN CITY? DEBATES AMONG THE INTERPRETERS OF BRAZIL

Abstract: The central theme that I intend to address in this paper is the controversy between the concepts of field and city, I chose three authors who have become pillars in the interpretation of the history of Brazil: Oliveira Vianna, Gilberto Freyre and Sergio Buarque de Holanda. All three are contemporary authors who have many ideas to come, as well as distances between true depths of their interpretation. Are critical of Brazil with different political projects. From this, I want to explore and confront their interpretations concerning the origins and transformations of the city and the countryside in Brazil. Among the many books that each author has, I decided to concentrate more on analysis of only one book each, this does not mean I have not used others in the process.

Keywords: History, rural areas, urbanization.

Introdução

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX o mundo passou por uma transformação cultural sem precedentes, aos ares de uma nova Modernidade ligada aos progressos tecnológicos e na produção industrial. Palco de grande parte destes acontecimentos a cidade acabou virando um tema bastante recorrente em estudos nas ciências sociais. Foi nessa época que, no Brasil, ocorreu um lento processo de migração da população do mundo rural para o urbano. Neste artigo pretendo confrontar as interpretações quanto às origens e transformações da cidade e do campo no Brasil a partir de três autores que são base nos estudos da história brasileira: Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda.

Antes de dissertar sobre o tema e confrontar as teses destes autores apresentá-los-ei brevemente. Seguindo um critério cronológico começemos por Oliveira Vianna, acredito que a obra que escolhi seja seu livro mais completo na discussão sobre cidades: o primeiro volume de *Populações Meridionais no Brasil* (VIANA, 1973) teve sua primeira edição publicada em 1920. Neste livro o autor estuda a formação da sociedade e do Estado brasileiro. O autor se formou em direito e ciências humanas em 1906 pela Faculdade Livre de Direito no Rio de Janeiro, sua formação acadêmica foi na área jurídica, e esta serviu de grande influência em seu método de análise histórica. Em seus textos Vianna trabalha com uma minuciosa objetividade científica, prezando ao máximo a imparcialidade que o estudo científico permite, porém é consciente que a total imparcialidade é impossível. O detalhe é que, mesmo buscando ser imparcial, ao ler seus textos, é perceptível que suas interpretações lógicas não são neutras como poderia se pensar, mas carregadas de juízo de valor.

Como forma de aproximar o leitor do tema o prefácio do livro *Populações Meridionais no Brasil* relata um evento que presenciou e foi crucial para escolher estudar história. Tal evento ocorreu numa aldeia no interior do estado do Rio de Janeiro: durante um conflito popular e violento entre duas facções locais, alguns moradores em protesto gritam que vão apelar “ao governo da Bahia”. A partir deste fato, lembra que “há cerca de século e meio o governo da Bahia regia, como sede do governo geral, a capitania do Rio de Janeiro”. Isso o ajudou a compreender “o valor do elemento histórico na formação da psicologia dos povos”. Além de que “não somos senão uma coleção de almas que nos vêm do infinito do tempo” (VIANA, 1973, p. 13).

Grande crítico da República brasileira, Vianna procurou na história a explicação para o fracasso dessa instituição política no país. Para ele a população brasileira não estava preparada para a democracia, o federalismo ou o liberalismo; são idéias importadas da França, Estados Unidos e Inglaterra, que embora funcionassem por lá, a simples transposição não condizia com a realidade brasileira. Defensor de um estado forte e centralizado, participou do Ministério do Trabalho no governo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Para ele a colonização do Brasil deu-se por meio da ruralização, sendo os centros urbanos dependentes do mundo rural, esta característica permitiu que os poderes locais se estabelecessem como dominantes. O Império, modelo de poder que Viana propunha como o ideal para a realidade brasileira daquele período restringiria esses poderes locais, porém no momento em que este governo fosse deposto e entrasse no lugar uma República Federativa, os poderes locais voltam a ganhar força. A sucessão destes eventos o levou a concluir quanto a um momento de perigo que poderia levar à destruição da Unidade Nacional. Não haveria vida política no mundo rural, pois as relações de poder seriam locais, onde o domínio se daria através de clãs. Esse seria o motivo da necessidade de um Estado forte e centralizador: organizar a nação. A população brasileira não estava preparada para atuar politicamente, e por isso

a necessidade de um Imperador.

Gilberto Freyre publicou o livro *Sobrados e Mucambos* em 1936, 16 anos depois do livro de Oliveira Vianna e na iminência do golpe de Getúlio Vargas. Este livro é, de certa forma, a continuação de um estudo anterior: enquanto neste ele se debruça sobre a decadência do sistema patriarcal, em *Casa Grande e Senzala* ele estudou a formação da sociedade brasileira sob o regime patriarcal. Sua maior preocupação, porém, era de que os estudos sobre a história do Brasil estavam muito voltados para a região Sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Nos seus primeiros textos publicados em jornais na década de 20 vemos essa preocupação de cunho regionalista, desta forma, vários de seus artigos defendiam “a necessidade de reabilitar valores e tradições do Nordeste” (BASTOS, 2008, p. 232). Desta forma, diversos exemplos estão no Nordeste, quando destaca: “O conflito entre Olinda, cidade eclesiástica e de senhores de engenho, e o Recife, cidade até então de gente burguesa e mecânica que, no século XVII, reunira a população mais heterogênea da colônia” (FREIRE, 1961, p. 3). Mais a frente ressalta novamente, destacando: “Mas foi sem dúvida no Recife que se antecipou, entre nós, por um conjunto de circunstâncias já sugeridas, o tipo de edifício mais caracteristicamente urbano” (FREIRE, 1961, p. 193).

Em seus livros, a proposta de estudar a sociedade é inversa a de Oliveira Vianna, enquanto este se voltava para as tendências rurais na formação das cidades, Freyre se preocupava com o desenvolvimento das tendências urbanas no Brasil do século XVIII e XIX, e como essas novas tendências poderiam mudar toda a estrutura social do país (FREIRE, 1961, p. XXVII).

Em seu estilo de escrita utilizava uma técnica interessante, o jogo de contrários. Sergio Buarque também a empregava, porém os resultados são completamente diferentes. Enquanto em Freyre os contrários eram apenas aparentes oposições, na verdade traços que se complementam na sociedade brasileira, o sobrado e o mucambo, o engenho e a praça, a casa e a rua. Holanda realmente apresentava os contrários como antagônicos: o semeador e o ladrilhador, trabalho e aventura.

Por fim, Sergio Buarque de Holanda que publicou *Raízes do Brasil* no mesmo ano que foi publicado *Sobrados e Mucambos*, 1936. É interessante notar que ambos possuem como tema central a urbanização e os problemas decorrentes dela. Não muito tempo depois de sua publicação pode-se perceber através dos artigos publicados por Sergio Buarque e Gilberto Freyre que foi estabelecido um diálogo direto entre os dois autores, mais explícito quando se revisita as edições posteriores destes livros. Foram feitas constantes ampliações e revisões: de Sergio Buarque temos uma revisão em 1947 e outra em 1955; já em *Sobrados e Mucambos* é inserida uma nova introdução em 1949 e feita uma revisão no texto em 1961.

Foi um debate onde Freyre sempre respondia as críticas em novas edições de seus livros, enquanto que Sergio Buarque criticava o colega mais

abertamente, principalmente seus fundamentos teóricos de análise social. Estas críticas se estenderam para outros livros e artigos destes autores.

Por onde se vê que o familismo ou personalismo decorrente do sistema patriarcal inundou, no Brasil, espaços imensos (...). Com ou sem favor do Estado ou da Igreja – com os quais entrou mais de uma vez em conflito –, esse sistema foi a mais constante e a mais generalizada predominância de poder ou de influência (...) em nossa formação (FREYRE, 1961, p. LXXIV).

Seguido por Sergio Buarque:

O Estado, ao contrário do que se presumem alguns teóricos, não constitui uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição (HOLANDA, 2003, p. 199).

ou até de formas mais diretas, principalmente por parte de Sergio Buarque:

(Gilberto) pretende que suas interpretações sejam perfeitamente válidas para o Brasil inteiro. E busca explicar as objeções opostas por aqueles que não logram distinguir o caráter transregional de suas pesquisas, sugerindo que tais críticos se orientam obstinadamente para o conteúdo e a substância, não para a forma sociológica dos acontecimentos e fatos (HOLANDA, 2003, p. 103).

O estudo de Sergio Buarque discordava várias vezes da ideologia e do modo de “fazer história” de Oliveira Vianna. Ele não se preocupava com uma análise pretensamente neutra, ao invés disso baseava na construção de modelos de tipos ideais, influenciado por Max Weber. Outra diferença é a de que enquanto Vianna era completamente descrente quanto à democracia no Brasil, para Sergio Buarque ainda havia esperança que ela desse certo e não aceitava um governo centralizado nos moldes que Oliveira Vianna propunha. Assim como tendia a ser determinista, Holanda deixava subentendido a existência de certa irresistibilidade na história. Seu projeto para que o Brasil desse certo é o mundo rural dando lugar finalmente à cidade, ou seja, lutar contra a herança rural colonizadora. Apenas com a urbanização e a industrialização que os traços de paternalismo e personalismo, reminiscências de nossa colonização que nos mantém atrasados, poderiam ser superados pela civilidade.

Sergio Buarque e Gilberto Freyre estão entre os expoentes intelectuais da

década de 1930 que inauguram uma nova forma de análise social, sobrepondo os estudos de Oliveira Vianna. Estudos estes que na década anterior já havia revolucionado a historiografia brasileira, e que consistia em temas com preocupações menos políticas e mais culturais. Freyre é considerado o precursor do método histórico-cultural no Brasil, fazendo uma ponte entre o naturalismo de interpretes como Vianna e os estudos mais sociológicos da década de 1940 (CANDIDO, 2003, p. 9). Sua argumentação se aproximava a de Sergio Buarque, na crítica que fez das interpretações naturalistas e positivistas de Vianna, estas com uma forte visão hierárquica e autoritária (HOLANDA, 2003, p. 11).

Os três autores operavam da seguinte forma: é a recuperação de elementos do passado que permitem o entendimento do presente; mas a diferença entre eles está no tratamento que davam ao passado. Oliveira Vianna e Sergio Buarque foram autores preocupados em desvendar um sentido para o Brasil; porém, enquanto o primeiro prescrevia ações e trajetos, o outro diagnosticava problemas e especulava caminhos. No entanto, Gilberto Freyre, ao contrário dos dois, não se preocupava em fazer projetos ou especular sobre o futuro, sua inquietação era exclusivamente com o presente, o estudo do passado serve para explicar o presente, não fazer conjecturas de um possível futuro. Sergio Buarque e Oliveira Vianna concordavam ao colocar o personalismo como um dos principais problemas de nossa sociedade, e este deveria ser eliminado. Porém, para Freyre, esse paternalismo é responsável pela nossa unidade nacional, traço particular e original do brasileiro. De qualquer modo, os três concordavam ser evidente que desde a Colônia até a República ocorreu uma descontinuidade entre a família e o Estado, um distanciamento que aumenta gradativamente, e essa descontinuidade foi responsável por vários problemas da contemporaneidade.

Todos os três concordavam na crítica da implantação de modelos políticos importados, pois essa é uma prática comum dos políticos que não se dão ao trabalho de adaptar tais modelos à realidade brasileira. Nessa lógica, Oliveira Vianna mostrava uma postura completamente contrária a Constituição Republicana de 1891, por esta ter simplesmente aglutinado os modelos de democracia francesa, liberalismo inglês e federalismo norte-americano sem modificações que respeitassem as peculiaridades da sociedade brasileira. Sergio Buarque embora enxergasse a cidade como símbolo de modernidade, baseou seu estudo na busca das raízes de nossa sociedade para desvendar o caminho de desenvolvimento. E Gilberto Freyre, que considerava o Estado uma continuidade da sociedade, defendia a civilização mista, que integra o mundo rural e urbano com equilíbrio: o “rurbano” (FREYRE, 1968, p. 100-101). O problema não é se basear em modelos já existentes, mas a imitação passiva dele.

O fenômeno da urbanização é relativamente recente, ligado à formação da sociedade industrial, e como tal só teria ocorrido plenamente na Inglaterra

do século XIX. Estes autores, ao buscar pistas para explicar seu presente, conseguem fazer uma extensa discussão quanto a oposição rural e urbano, tratando este tema como um traço da modernidade. Divido este texto em duas partes: Origens, que remontam o período colonial e onde procuro, através do debate entre os autores, desvendar a gênese do urbano e rural no Brasil; na segunda parte, intitulada 'Transformações', levanto e comparo as análises dos autores sobre o fim do período colonial e o Império, onde temos a ascensão das cidades. Por fim tentar responder a questão: quais seriam as propostas de cada autor para o Brasil?

Origens

Ao falar sobre o conceito de cidade para os autores Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda deve-se procurar no texto destes historiadores qual é a proposta de colonização que teria ocorrido no Brasil.

Oliveira Vianna remontava que na origem os colonos que para cá vieram, latifundiários de origem nobre e plebéia, devido a uma “tendência européia” formaram cidades. A influência dos poucos nobres que vieram, os quais estavam acostumados com uma vida palaciana na metrópole, acabou por levar os outros colonos a também se concentrar em núcleos urbanos, deste modo teriam de manter duas moradias: uma na cidade, e outra no campo. Entretanto, essa situação não durou muito, pois era muito custosa e acabaram por escolher morar unicamente no campo, onde eles iriam tirar seu sustento; devido a isto ocorreu a decadência dos centros urbanos (VIANNA, 1973, p. 34). O retraimento para o campo é uma característica própria do Brasil que surpreendeu os portugueses. Oliveira Vianna considerava esse fenômeno um “conformismo rural”, o qual consiste na *ruralização* da população, é o que ele chamava da constituição do *Homo Rusticus* (VIANNA, 1973, p. 36).

Gilberto Freyre focava na facilidade de adaptação do português a terra, embora tivessem problemas com pragas e os regimes dos rios, a fácil adaptação com o clima e a boa relação com os índios do litoral foi crucial para o sucesso da colonização (FREYRE, 2006, p. 71-77). A constituição de grandes latifúndios de terra ocorreu com certa naturalidade devido à grandeza das terras descobertas, foi nessas grandes propriedades que nasceu a grande tese de Gilberto Freyre sobre a sociedade brasileira: o patriarcalismo, a base ideológica do país que rapidamente se tornou o principal poder responsável por ditar as regras no Brasil durante grande parte do período colonial.

Sérgio Buarque levantou as origens dos problemas do Brasil contemporâneo. Para ele não havia proposta de colonização, o objetivo era o lucro imediato, as capitanias nada mais eram que feitorias com o objetivo de extrair o máximo do local. Era proibido o comércio entre as capitanias de bens de consumo que competissem com a metrópole e as poucas cidades que nasceram não tinham nenhum projeto partindo da metrópole, afinal, grandes obras só eram feitas quando houvesse lucro imediato (HOLANDA, 2003, p. 107).

Para acentuar a crítica Holanda fez uma comparação entre a colonização portuguesa e a espanhola através da metáfora do *ladrilhador* e o *semeador*:

'Ladrilhador', o espanhol acentua ao caráter da cidade como empresa da razão, contrária à ordem natura (...) isso correspondia o intuito de estabelecer um prolongamento estável da metrópole, enquanto os portugueses, norteados por uma política de feitoria, agarrados ao litoral, de que só se desprenderiam no século XVIII, foram os 'semeadores' de cidades irregulares, nascidas e crescidas ao deus-dará, rebeldes a norma abstrata (CANDIDO, 2003, p. 16).

Sempre traçava comparações com a colonização espanhola, e acentuava que esta tinha o objetivo de ser mais que apenas uma feitoria comercial. Existia uma abundante legislação para a construção de centros urbanos e sua meticulosidade ia desde a escolha do lugar para se construir o centro urbano até quanto ao seu traçado: dava-se preferência a lugares altos por dois motivos, primeiro por causa do clima semelhante ao da metrópole e depois, era preferível o afastamento da orla marítima por motivos de segurança, a menos que estes fossem indispensáveis para a entrada, comércio e defesa (HOLANDA, 2003, p. 99). A cidade deveria começar a ser construída a partir da praça central que ficava ou no porto, ou no centro do povoado; a largura deveria ter dois terços de comprimento, para que se tivesse espaço para manobras de cavalos seja em festas ou guerra; o tamanho deveria ser proporcional ao número de pessoas da colônia e mais um pouco, prevendo o crescimento da população; a praça também guiaria o traçado das ruas, eram quatro principais, uma de cada lado da praça, e mais quatro, uma saída de cada ângulo, sendo que estes deveriam estar alinhados com os quatro ventos; além disso, as ruas deveriam ser largas em regiões frias e estreitas onde faz calor (HOLANDA, 2003, p. 96). Segundo o autor foi o esforço da racionalidade para vencer a natureza.

De outro lado, temos a legislação portuguesa para a colônia, esta bem mais restrita, não estipulava nenhuma regra quanto ao "modo de fazer" uma cidade, apenas indicava que seria melhor que o povoamento se concentrasse a beira mar ou às margens de grandes rios navegáveis como o rio São Francisco. Como mostrado anteriormente, o objetivo da colônia era o maior lucro com o menor custo, como o transporte por água era mais barato e a única maneira de comercializar com a metrópole, concentrava-se tudo em apenas um tipo de transporte, tudo era feito exclusivamente em embarcações (HOLANDA, 2003, p.107). Oliveira Vianna se estendeu mais no assunto da constituição dos núcleos urbanos da colônia portuguesa, mas apenas para mostrar sua precariedade. Apenas em raros casos uma vila era criada por vontade local, como por exemplo, Parati em 1660 e Campo dos Goitacazes em 1673, e isso era considerado uma situação revolucionária e tratada com repressão. A situação mais comum era a seguinte: eram criados núcleos locais a partir da necessidade

de fixação de pessoas em determinado local, ou para “reunir os moradores dispersos” no latifúndio. Para isso criava-se uma aparelhagem administrativa, eram escolhidos os administradores, para só então criar a vila, tudo por determinação da coroa. A outra forma seria a do “semeador”¹, onde era enviado pela coroa ou governador um representante que se tornaria capitão-mor para fundar uma colônia, ou seja, primeiro era escolhido o fundador, depois fundado o povoado.

E como um semeador de novas povoações,
Por onde ele passava e a sua tenda erguia,
Uma cidade em flor, de repente, surgia
(VIANNA, 1973, p. 231).

Por muito tempo o poder oficial, da câmara municipal ou mesmo as ordens reais, nada podia contra o poder dos particulares. Apenas no início do século XIX que as cidades brasileiras iriam receber as primeiras regras de posturas municipais, as ruas deixariam de ser apenas um escoadouro de água refém dos abusos das “casas-grande urbanas”, os sobrados. Tais normas eram locais e por isso variavam muito, contudo elas apareceram devido a ascensão econômica das cidades e tinham como objetivo fixar a importância, a dignidade e os direitos da rua. Dentre as normas mais comuns temos que: as casas não poderiam mais ter biqueiras que jogassem água diretamente na rua; janelas e portas não poderiam abrir para a rua, a fim de evitar acidentes; foi vetada a criação de porcos nas ruas; foi vetado também que se lavasse roupa nas bicas do centro; proibiu-se que os donos de escravos os surrem depois das nove da noite; e quanto às construções, estas deveriam obedecer a certa regularidade com o resto das outras casas e com o alinhamento da calçada (FREYRE, 1961, p. XXIII).

No terceiro capítulo de *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque, explorou o que ele chama de herança rural do Brasil, o autor defendia que toda a estrutura da sociedade colonial foi construída fora do meio urbano, e desta forma temos as cidades como dependentes da zona rural durante não só o período colonial como também no Império; com seu declínio marcado pelo fim do tráfico negreiro em 1850, mas finalizado apenas em 1888 com a abolição (HOLANDA, 2003, p. 73). A *ruralização* da qual Oliveira Vianna comenta foi decorrente da dispersão da nobreza pelo território, este fenômeno percorreu três séculos e atingiu seu auge no século XIX, onde a política dominante era de formação rural (VIANNA, 1973, p. 37 - 38). Aqui vemos um ponto de concordância entre os dois autores: o Brasil foi um país rural desde a colônia até o fim do Império. Porém, para Oliveira Vianna, essa preferência pelo campo, que ele considerava o fim do instinto urbano, é um traço de autenticidade do brasileiro; enquanto que para Sergio Buarque, isso representava atraso (VIANNA, 1973, p. 40).

Em todos os três autores as cidades possuíam forte relação de dependência com o mundo rural, pelo menos em algum momento de nossa

história. Oliveira Vianna considerava que durante o período colonial nada existia fora dos latifúndios agrícolas; nos núcleos urbanos tínhamos a concentração de comerciantes e artesãos, porém ainda não havia classe comercial, industrial ou corporações urbanas, pois mesmo quando existiam, estas eram subordinadas ao grande latifúndio (VIANNA, 1973, p. 125; 143). Gilberto Freyre considerava que o primeiro contato da colônia com o mundo burguês europeu foi o domínio holandês de Maurício de Nassau no Recife. Esta seria a primeira experiência brasileira onde o mundo urbano era o centro das transformações, relegando o mundo rural apenas a um local secundário, porém isso ocorreu apenas por um breve período. Um simples povoado de pescadores se desenvolveu para um complexo centro urbano; porém, cerca de 30 anos depois que os holandeses foram expulsos, a sociedade regrediu à *"rotina agrícola e a uniformidade Católica"* (FREYRE, 1961, p. 5). Sérgio Buarque apontava que eram sobre os grandes centros urbanos da colônia que estava a ideologia que formou o país: sociedade agrária que tem a existência das cidades apenas como suporte do campo. Esta tese poderia ser vista na forma como os principais centros urbanos da colônia cresceram de forma desordenada. Tanto Salvador, maior centro urbano da colônia, quanto São Vicente ou Santos, tinham o traçado completamente desalinhado; não havia planos de construção para os núcleos urbanos, eles cresciam naturalmente obedecendo a topografia local e seguindo a rotina, não a razão abstrata². Esse desalinhamento é tal que o governador geral não consegue murar as cidades de São Vicente e Santos (HOLANDA, 2003, p.109). Freyre, porém, apresenta a cidade de Salvador de forma completamente oposta a visão de Sergio Buarque. Tanto a capital da colônia quanto Recife, tiveram planejamento suficiente para concentrar os ofícios e as atividades industriais e comerciais em locais específicos (FREYRE, 1961, p.40). Mesmo que na apresentassem um traçado regular, as diversas atividades existentes nas cidades estavam separadas e organizadas seguindo um planejamento racional, mesmo que não aparente.

Vários foram os obstáculos para que as cidades conquistassem sua independência do campo. O latifúndio foi o maior deles, impedindo que o centro político da colônia saísse de suas mãos. Oliveira Vianna comentava que nosso grande problema era o costume de importar modelos, neste caso, dos grandes centros comunais ingleses e norte-americanos que seriam baseados num tipo de democracia de pequenos domínios. Nestes núcleos haveria a divisão do trabalho em diferentes serviços originando, através das especializações, verdadeiras classes urbanas, além do adensamento cada vez maior da população. Porém, encaramos dois obstáculos: por um lado tínhamos essas grandes propriedades impedindo o desenvolvimento ou geração de pequenas propriedades; e por outro lado, os serviços que poderiam ser criados no núcleo urbano seriam impedidos pelo mesmo latifúndio, ou porque ele não era considerado necessário, ou porque eles já eram explorados pelo grande proprietário (VIANNA, 1973, p. 229 - 230). Sérgio Buarque foi além, considerava

o Brasil na contramão do mundo por ser o único lugar de qualquer época em que os centros urbanos foram dependentes do domínio rural; a regra seria *"a prosperidade dos meios urbanos fazendo à custa dos centros de produção agrícola"* (2003, p.89). Foi apenas no terceiro século de nossa colonização que algumas cidades adquiriram certa autonomia, e isso devido a prosperidade dos comerciantes portugueses (HOLANDA, 2003, p.91). O obstáculo para o progresso e a independência das cidades não era o latifúndio, mas a herança rural da colonização portuguesa. *"Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação [Oriente Próximo, Roma Imperial, China]"* (HOLANDA, 2003, p.95). Em qualquer lugar o domínio rural só ganhava importância quando distante do centro urbano, nas fronteiras dos reinos.

Transformações

O declínio do domínio rural tem início com a descoberta de ouro na colônia, até este momento a legislação de Portugal relativa ao comércio era controlada pelos pequenos poderes locais. *"A circunstância do descobrimento das minas, sobretudo das minas de diamantes, foi, pois, o que determinou finalmente Portugal a pôr um pouco mais de ordem em sua colônia, ordem mantida com artifício pela tirania dos que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, os benefícios"* (HOLANDA, 2003, p.103). Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre também mostrou que a relação da coroa portuguesa mudou para com o Brasil, a parcialidade portuguesa se alterou. O que pendia para o mundo rural, com a descoberta de ouro e diamantes, teve seu foco mudado para a constituição de centros urbanos, e isso promoveu o florescimento da burguesia (FREYRE, 1961, p. 7). Gilberto Freyre (1961, p.17) e Sérgio Buarque (2003, p.82) comentaram que algum tempo depois, com a vinda da família real para o Brasil, esse declínio se acentuou ainda mais entre os grandes senhores rurais. Freyre ainda complementa: a queda não foi apenas de prestígio, ela foi fruto da eliminação de privilégio fiscais que essa classe recebia da coroa, além disso, também tiveram aumento de impostos. Devido à essas mudanças, principalmente no que se refere aos impostos, a aristocracia rural começou a pedir empréstimos nos bancos, até o momento que muitos deles quebraram por não ter com pagar as dívidas com os bancos e com o comércio. Enquanto o comércio *"gozava agora a favor das moratórias (...) os agricultores se sentiam sem nenhum apoio para a lavoura"* (FREYRE, 1961, p.17).

A passagem do mundo rural para o mundo urbano foi através de grande turbulência, o qual o derradeiro golpe para os antigos senhores rurais foi o surto de café no sul do país. Esse fato foi minuciosamente explorado por Sérgio Buarque no sétimo capítulo de *Raízes do Brasil*, onde afirmou que tal surto foi um golpe na tradição ibérica, pois esta dependia das instituições agrárias; enquanto que a nova cultura, a que tomava seu lugar, era a cultura das cidades.

O café, muito mais que o cultivo de cana-de-açúcar, apresentava características ligadas aos modos de vida modernos (CANDIDO, 2003, p.18). Primeiro podemos considerar que o cultivo do café significou a transição da economia patriarcal para industrial, deste modo o escravo deixou de fazer parte da família para se tornar um operário (FREYRE, 1961, p. 178). Por causa desta mudança que ocorreu com a escravidão, e com o uso cada vez maior de imigrantes nas fazendas, a abolição não afetou tanto as regiões de café, pois estas já tinham se adaptado o suficiente para aceitar o trabalho remunerado; a partir disto, podemos considerar também que o café teve participação na evolução do predomínio urbano (HOLANDA, 2003, p. 175). Com destaca Freyre, "*A relativa facilidade de vida na região do açúcar, já afetada pela descoberta do ouro das minas, foi declinando ainda mais com o surto de café*" (1961, p. 48). Declínio este que podia ser visto no abandono dos sobrados dos senhores nas cidades, neste contexto temos também registrado um aumento da fuga de escravos. Freyre especulava que parte dos escravos que sumiram era, na realidade, fruto de roubo por parte dos grandes senhores de engenho em decadência; interessante salientar que os sumiços aconteciam em grande parte nas cidades, além disso, temos também o desvio de escravos de engenhos menores para engenhos maiores (1961, p.50).

As cidades que antes eram meros complementos do mundo rural começaram a ter vida própria com o declínio dos centros de produção agrária. A instalação de vias férreas foi outro fator responsável pela mudança de paradigma, a passagem da dependência do mundo rural ao urbano. Em alguns lugares, a terra passou a ser apenas a fonte de sustento, e muitos lavradores passaram a morar nos centros urbanos (HOLANDA, 2003, p. 172-174). Em Gilberto Freyre vemos que esse foi um período não só do declínio do café, mas também do patriarcalismo, a vida urbana tornou as famílias mais individualizadas (1961, p. 22). Outro grande colaborador para a ascensão das cidades foram os judeus, estes vieram como simples comerciantes itinerantes, mas que com o tempo foram se fixando nas cidades. Eles eram os grandes agiotas do período, pois financiavam a grande lavoura, além de suprir a classe mais rica da colônia com artigos de luxo, muitas vezes mediante fiado; porém com a decadência do mundo rural e ascensão destes comerciantes, logo eram eles que mandavam nos senhores, adquiriram o poder de perdoar dívidas ou até arrumar casamentos. As cidades começam a crescer à custa dos senhores de escravos (HOLANDA, 2003, p. 10).

Para Oliveira Vianna essa transição de um país essencialmente rural para outro baseado nas relações urbanas não ocorreu, houve realmente um aumento das cidades, porém existe no brasileiro uma vocação rural, mesmo os que moram em cidades não possuem hábitos urbanos, desta forma não existiria no Brasil instinto urbano (1973, p. 40). Como afirma Vianna, "*Todas as vezes que tentamos realizar a emancipação dos nossos núcleos locais, essa emancipação degenera no centrifugismo, no isolamento, na revivescência das*

antigas patriarquias locais" (1973, p. 241). Sérgio Buarque, por outro lado, comentava que a burguesia urbana se formou de modo meio forçado, certas atividades e normas de conduta do patriciado rural se tornaram comuns a todas as classes urbanas. Ao invés de se criar uma certa urbanidade, o que ocorreu foi que a vida rural se torna estereotipada e a mentalidade da casa-grande invade a cidade (2003, p.87).

Dentro das cidades é interessante notar as casas. A casa-grande de engenho ou de fazenda se consolidou ainda no século XVI como o modelo de paisagem do Brasil Colonial, porém ela era característica de regiões que desde o início eram sedentárias, Bahia e Pernambuco, por exemplo. Para os paulistas, o tropeiro do sul, até fins do século XVIII suas casas eram meras cabanas de pau a pique ou palhoça, se assemelhando mais com as casas dos caboclos que os palácios dos senhores de engenho (FREYRE, 1961, p. 30). Com o aumento do prestígio das cidades vemos os sobrados, casas térreas e casebres se tornando mais freqüentes no século XIX (FREYRE, 1961, p. 9). A chácara marca a transição da habitação rural para a urbana, são basicamente três tipos de moradia que variavam de acordo com o tamanho, localização e os recursos que eles possuíam: a casa patriarcal brasileira possuía um amplo terreno e diversos anexos; casa de engenho ou de sítio, esta apresentava um terreno mais restrito, geralmente limitado por um rio ou uma estrada; e os sobrados, por serem urbanos eram os mais restritos, cercado por ruas que, até o século XIX, era desaconselhável uma pessoa de classe passear por elas (FREYRE, 1961, p.152)³. Foi Recife durante o período de Nassau que antecipou as condições para o tipo ideal de edifício urbano; consistia em sobrados de até seis andares onde todas as atividades da família patriarcal, como também a família burguesa, poderiam ser feitas; a construção, ainda que verticalmente, preservava o luxo e o espaço das casas-grande dos engenhos (FREYRE, 1961, p.193). A casa-grande era o modelo de habitação patriarcal do Brasil, e deste modo foi adaptado às cidades. Estas eram adaptadas e acabavam muitas vezes por se simplificar; não havia mais a necessidade de um mercado ou capela, o número menor de escravos transforma a senzala em um cômodo menor (FREYRE, 1961, p.152).

Um pesquisador norte-americano, Roy Nash, observou que em algumas cidades brasileiras as casas burguesas eram grudadas umas nas outras, e considerou isso um protesto silencioso contra os largos espaços entre as cidades; "*uma reação contra as distancias enormes que separam um povoado do outro*" (FREYRE, 1961, p.188). Esse pesquisador foi criticado por Freyre, pois tal modelo só poderia se aplicar em Minas Gerais, onde os sobrados são grudados uns nos outros. Na grande maioria dos lugares isso não ocorria com os sobrados ou exclusivamente com eles: no Recife todas as casas eram assim por causa da influência holandesa; enquanto que nos grandes centros isso ocorria apenas com as casas menores, e o motivo possivelmente fosse econômico (FREYRE, 1961, p.190).

Freyre pontuou diversos problemas que surgiram com o crescimento das

idades: alguns sobrados de famílias decadentes se transformaram em prostíbulos, o Império fez até uma classificação para as meretrizes (as aristocratas, de sobrado; as de sobradinho e de rotula; e a escória); tivemos um aumento no número de bêbados; falsificação e escassez de gêneros alimentícios (1961, p.158). Devido à característica de a colônia ser de monocultura latifundiária produtora de cana-de-açúcar, e depois passou a ser de café, sempre houve problemas no abastecimento de gêneros alimentícios (FREYRE, 1961, p.167). Porém a situação se agravou com o surto de mineração no século XVIII, e depois com a especulação dos preços no mundo urbano (FREYRE, 1961, p.174).

Enfim...

Em poucas palavras, podemos entender que a cidade tem diferentes significados e diferentes origens para os diferentes autores: em Sérgio Buarque ela significava o progresso, o futuro que só poderia ser alcançado se o Brasil se libertasse da herança rural; Gilberto Freyre acreditava no meio termo, a mistura dos dois mundos, as melhores características do urbano e do rural coexistindo no *rurbano*; e Oliveira Vianna acaba não se importando muito com a existência ou não de uma cidade, porém é enfático em dizer que toda tentativa de emancipação dos núcleos urbanos locais resultaram em fracasso. Para ele talvez o Brasil ainda não estivesse preparado para ser predominantemente urbano.

Notas

* Mestrando do curso de história pela Unicamp. E-mail: marcelo_gaudio@yahoo.com.br.

¹ Essa talvez tenha sido a origem do “semeador” de Sergio Buarque de Holanda.

² Por exemplo, pela razão haveria certo planejamento da localização de um porto, da câmara municipal, onde e como as casas de moradia teriam de ficar. De outro lado, a rotina é responsável pelas construções a partir da necessidade sem um lugar pré estabelecido, casas crescendo onde houvesse espaço.

³ Aqui é interessante perceber o regionalismo acentuado de Gilberto Freyre, pois essa transição parte da Bahia para o sul do país.

Referências

BASTOS, Elide Rugai. Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um diálogo. In: **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CANDIDO, Antônio. “O Significado de 'Raízes do Brasil'”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural**

e desenvolvimento urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1961.

_____. **BRASIS, Brasil e Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural.** Rio de Janeiro: Record, 1968.

_____. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51. ed. São Paulo: Global editora, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MONTEIRO, Pedro Meira. Uma Tragédia Familiar. In: **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940).** São Paulo: Editora 34, 2000.

VIANNA, Francisco de Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente. (Org.). **À Margem da História da República.** Brasília: EdUnB, 1981.

VIANNA, Francisco de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1973. v. I.

Recebido em: maio de 2010.

Aprovado em: setembro de 2010.